

PROCESSO N.	1.153-3/2012
PRINCIPAL	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO 2011
GESTOR	CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA
RELATOR	CONSELHEIRO ALENCAR SOARES
EQUIPE	MARCIA REGINA DE LARA

II - RAZÕES DO VOTO

Consoante conclusão da competente equipe de auditoria da Secretaria de Controle Externo desta 3ª Relatoria, a presente conta anual deste Tribunal de Contas Estadual, relativa ao exercício financeiro de 2011, sob a gestão do Conselheiro Valter Albano da Silva, não apresentou nenhuma impropriedade.

Todos os atos fiscais e de gestão de 2011 foram pautados no estrito cumprimento dos preceitos constitucionais e legais e dos princípios que regem a administração pública, consignados na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei n. 4.320/1964, Lei 8.666/1993 e Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), não ensejando, portanto, quaisquer recomendações e/ou determinações a não ser a emissão, por este Egrégio Plenário, de parecer favorável à sua aprovação, sem qualquer ressalva, senão vejamos.

De início, destaco a sua gestão contábil na medida em que todos os demonstrativos deste Balanço Público consignaram de forma adequada e satisfatória a posição financeira, orçamentária e patrimonial, sem apresentar qualquer inconsistência contábil. Os atos e fatos administrativos foram devidamente contabilizados de acordo com o plano de contas, em atendimento aos ditames da Lei Complementar n. 101/2000 e Lei de finanças públicas n. 4.320/1964, princípio constitucional da publicidade, princípios contábeis da oportunidade, evidenciação e da transparência dos atos administrativos, e demais princípios fundamentais que regem a despesa pública.

Ainda no que tange ao cumprimento dos princípios da transparência e da publicidade, este Balanço Público foi devidamente colocado à disposição de quaisquer interessados, por meio de sua publicação na imprensa oficial.

Quanto à execução orçamentária, financeira e patrimonial, ressalto que a gestão de 2011 obteve resultados positivos e, diga-se, responsáveis do ponto de vista fiscal, representados pelo excesso de arrecadação de R\$ 18.768.917,11, superávit orçamentário de execução de R\$ 1.477.968,37 e economia orçamentária de R\$ 409.551,26, em obediência ao equilíbrio financeiro e fiscal entre receita e despesa tão propugnado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 1º, § 1º).

Atrelado a essa gestão fiscal responsável e equilibrada no gasto público, enfatizo a ocorrência de superávit financeiro: para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo há R\$ 3,87 de disponibilidade financeira para pagamento.

Destrinchando a execução da despesa, elas foram realizadas mediante prévio empenho e os respectivos pagamentos ordenados após regular liquidação, em atenção aos ditames da Lei de finanças públicas n. 4.320/1964, especificamente os artigos 60, 61 e 63, e arts. 55 e 73, da Lei n. 8.666/1993; bem como as licitações e as contratações diretas, por meio das inexigibilidades e dispensas, atenderam às determinações da Lei n. 8.666/1993.

Saliento que a despesa com pessoal foi de 1,09%, estando abaixo do limite legal máximo de 1,23%, inclusive, abaixo do limite prudencial de 1,17%, em perfeita sintonia ao art. 20, II, a, e art. 22, da LC n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

É de se enaltecer, ainda, que fazendo um breve retrospecto, no exercício de 2011, este Tribunal de Contas evoluiu institucionalmente, por meio da implantação e consolidação das inúmeras ações que compuseram o Plano Estratégico de 2010/2011, o qual foi criteriosamente elaborado com vistas a atender 05 perspectivas fundamentais: sociedade, recursos públicos, fiscalizados, processos internos e aprendizado e inovação.

Com fulcro no resultado das ações consignadas no Relatório de Avaliação de Resultados (fls. 99/154), é fácil perceber que a gestão de 2011 concluiu todas as metas planejadas naquele primeiro Planejamento Estratégico de longo prazo 2006/2011. Com isso, o Tribunal cumpriu a sua missão institucional, qual seja: *“garantir o controle externo da gestão dos recursos públicos, mediante orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando à qualidade dos serviços, em benefício da sociedade”*, conquistando, assim, a visão institucional de ser referência em controle externo, a qual acredito também que será mantida pela atual gestão que se inicia com muita competência e experiência, com seu Plano Estratégico 2012/2013.

Aliás, o cumprimento da missão institucional deste Tribunal de Contas não está externado só por mim, mas corroborado pela grande quantidade, em 2011, de visitas do corpo técnico e Conselheiros de outros Tribunais de Contas do Brasil e também do exterior que querem intercambiar informações e experiências sobre como é atingir a excelência na atividade de controle externo.

Outrossim, como muito bem destacado pelo ilustre *parquet* de contas, parte relevante das despesas desta Corte de Contas (R\$ 45.099.080,38) foi destinada exclusivamente a sua atividade finalística: controle externo.

Assim sendo, sem mais delongas, de acordo com a fundamentação retro, acolho *in totum* o parecer ministerial e voto pela emissão de parecer favorável ao julgamento das contas anuais deste Tribunal de Contas, relativas

ao exercício de 2011, sob a gestão do Conselheiro Valter Albano da Silva, tendo como corresponsáveis, no limite de suas atribuições, o contador Sr. Edson Luiz Ribeiro de Oliveira e o Controlador Interno o Sr. Valdenir Ferreira Mendes.

III - DISPOSITIVO

Posto isso, acolho o Parecer n. 1001/2012 do Ministério Público de Contas, subscrito pelo Procurador de Contas Dr. Alisson Carvalho de Alencar e **VOTO** pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas Anuais do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **referentes ao exercício de 2011, sob a gestão do Conselheiro Valter Albano da Silva**, tendo como corresponsáveis, no limite de suas atribuições, o contador Sr. Edson Luiz Ribeiro de Oliveira e o Controlador Interno o Sr. Valdenir Ferreira Mendes.

Após, nos termos do artigo 53 da Constituição do Estado de Mato Grosso e artigo 21, inciso XXXIII, da Resolução n. 14/2007, enviem-se os autos à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para julgamento.

É o voto.

Cuiabá, 10 de abril de 2012.

ALENCAR SOARES
Conselheiro Relator – TCE/MT